

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
ATIVO	(NOTA)	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(NOTA)
CIRCULANTE				PASSIVO	
DISPONIBILIDADE		1.957.858,18	2.715.393,07	CIRCULANTE	
BANCOS C/ MOVIMENTO		3.164,58	-	PARCELAMENTOS	8.1
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3	1.954.693,60	2.715.393,07	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	9
CRÉDITOS		6.157.013,10	5.849.763,31	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	
IMPOSTOS A RECUPERAR	4	34.749,14	39.340,02	NÃO CIRCULANTE	
ESTOQUES	5	6.122.263,96	5.810.423,29	EXIGÍVEL	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.114.871,28	8.565.156,38	PROCESSOS CÍVEIS / TRABALHISTAS	10
NÃO CIRCULANTE				FORNECEDORES	11
REALIZAVEL		632.647,38	611.258,60	PARCELAMENTOS	8.2
DEPÓSITOS JUDICIAIS	6.1	86.995,95	65.607,17	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
CRÉDITOS A RECEBER	6.2	570.153,41	570.153,41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PERDAS C/DEVEDORES	6.3	(24.501,98)	(24.501,98)	CAPITAL SOCIAL	
IMOBILIZADO		2.227.153,86	2.425.917,76	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	12
IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	7.1	7.486.937,04	7.349.712,71	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	7.2	(5.259.783,18)	(4.923.794,95)		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.859.801,24	3.037.176,36		
TOTAL DO ATIVO		10.974.672,52	11.602.332,74		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020			
	(NOTA)	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL			
RECEITAS DE SERVIÇOS E PRODUTOS		131.069,61	12.501,37
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	13	19.187.194,04	29.539.017,68
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		19.318.263,65	29.551.519,05
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (-) IMPOSTO S/FATURAMENTO		(15.088,50)	(1.614,68)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		19.303.175,15	29.549.904,37
CUSTO DE OBRAS E PRODUÇÃO CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS		(2.645.726,79)	(3.918.106,48)
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO		8.036.544,56	7.878.612,91
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(8.595.837,92)	(7.716.453,51)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (-) (Despesas - Receitas)		67.857,66	37.714,58
DEPRECIACÃO		(335.988,23)	(281.908,08)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(827.423,93)	(82.034,10)
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		5.539,31	597,59
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA PROV DO IRRPJ / CSLL		(821.884,62)	(81.436,51)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(821.884,62)	(81.436,51)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 / 2020					
Histórico	Capital Social	Reserva Aumento Capital	Reserva Lucros	Lucros Prejuízos Acumulados	Total Patrimonio Líquido
Saldo em 31/12/2020	20.214.934,23	-	-	(9.561.615,56)	10.653.318,67
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(821.884,62)	(821.884,62)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	20.214.934,23	-	-	(10.383.500,18)	(9.831.434,05)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021/2020

	2021	2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(821.884,62)	(81.436,51)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO DO EXERCÍCIO COM RECURSOS PROVINIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS: DEPRECIACÃO	335.988,23	281.908,08
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	(485.896,39)	200.160,38
VARIAÇÕES DAS CONTAS ATIVAS E PASSIVAS		
AUMENTO / REDUÇÃO DE CONTAS DE ESTOQUE	(311.840,67)	(995.263,85)
AUMENTO / REDUÇÃO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	4.590,88	(3.820,55)
AUMENTO / REDUÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	(21.388,78)	11.584,41
AUMENTO / REDUÇÃO DE FORNECEDORES	-	348.358,97
AUMENTO / REDUÇÃO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS	-	408,59
AUM. / REDUÇÃO DE OBRIG. TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	-	4.494,51
AUMENTO / REDUÇÃO DE OBRIG. TRABALHISTAS	242.454,02	37.926,98
AUMENTO / REDUÇÃO DE PROVISÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	234.443,73
AUM. / REDUÇÃO DE PROVISÃO DE IMP. DE RENDA	-	86.559,74
AUM. / REDUÇÃO DE PARCELAMENTOS FISCAIS	(65.137,34)	64.804,44
AUMENTO / REDUÇÃO DE PROCESSOS CÍVEIS E TRABALHISTAS	16.907,72	(46.426,63)
CAIXA E EQUIV. GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(620.310,56)	(56.766,28)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIV. DE INVESTIMENTOS		
AUM. / REDUÇÃO DE AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	(137.224,33)	-
CAIXA LIQ. GERADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	(137.224,33)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	(757.534,89)	(56.766,28)
DEMONSTRAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	2.715.393,07	2.658.826,79
CAIXA E EQUIV. DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.957.858,18	2.715.393,07
AUMENTO (REDUÇÃO) LIQ DE CAIXA E EQUIVALENCIA NO EXERCÍCIO	757.534,89	(56.566,28)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Administrativo: A Desal – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, se constitui pessoa jurídica de direito privado, criada pela Lei nº. 4.343/91 de 23 de junho de 1991 e suas alterações, é regida pelas regras jurídicas do direito comum, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada a SEMAN – Secretaria de Manutenção da Cidade / PMS, tem por objetivos a elaboração de estudos e projetos, a industrialização e comercialização de pré-moldados em argamassa armada, construir, montar edificações e/ou equipamentos urbanos em geral, bem como, executar obras civis, tendo como meta participar ativamente e de forma eficiente, célere e com qualidade, das ações de intervenções urbanas na cidade em conjunto com os demais órgãos municipais e se rege pelo Estatuto Social e pela Legislação aplicável. Neste exercício foi administrada pelos Gestores: Diretor Presidente – Virgílio Teixeira Dalto, Diretor Administrativo / Financeiro – Isaac Lemos Peixoto Filho e Diretor de Operações – Jaldo Gomes Vieira. **1.1 Impactos da Pandemia da COVID 19:** Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a Companhia adotou medidas para minimizar os impactos sobre seus colaboradores, clientes, fornecedores, em sua operação e nos projetos preestabelecidos no orçamento anual em conjunto com a Prefeitura Municipal de Salvador. Entretanto, devido a recessão financeira e os diversos aumentos nas despesas operacionais, sendo majoradas no decorrer do exercício, a Companhia para diminuir os seus custos, utilizou seus estoques e o reaproveitamento de materiais para sua produção e para conclusão de novas obras e praças. Porém, as novas aquisições de matéria prima e materiais de consumo, muitas das vezes efetuadas com variações cambiais, aumentaram as despesas, consequentemente avançando os prejuízos acumulados. **2. Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente na preparação destas demonstrações financeiras e estão descritas nas notas explicativas os principais impactos e fatos mais relevantes. **2.1 – Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/76 e suas alterações posteriores, Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TG 1000-R1 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TSP (orientações no que se trata das empresas dependentes) – aprovadas pelas Resoluções CFC's nºs. 1.285/10 e 1.418/12, orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e considerando o custo histórico como base de valor, e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo dos ativos e passivos. **3. Bancos e Aplicações Financeiras:** Valores no Banco Bradesco e em aplicado no Banco do Brasil – Giro Empresarial, com resgate automático.

Em novembro de 2020 a Desal contratou a Empresa EC DIFERENCIAL, para realizar os testes de redução ao valor recuperado dos ativos (TESTE DE IMPAIRMENT) e apuração da vida útil residual dos seus bens, conforme CPC 1 e CPC 27, com os critérios estabelecidos pela NBR 14653-1: 2001, NBR 14653-2: 2011 e NBR 14653-5: 2006 da ABNT. Após a conclusão dos trabalhos avaliatórios no exercício de 2021, a EC DIFERENCIAL concluiu que o valor líquido de venda dos ativos testados é superior ao valor residual contábil registrado, não podendo ser ajustado contabilmente conforme determina a legislação em vigor. **7.2 – Depreciação – Vida Útil dos Ativos -** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens, definida pela Instrução Normativa SRF nº. 1700/17 – Anexo III. A depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são leiloados por valores absolutamente imateriais.

A vida útil aplicada aos bens é baseada conforme as seguintes taxas de depreciação:

Imobilizado:	Taxa de Depreciação	Anos
Equipamentos de Informática	20 %	5
Equipamentos p/Escritório	10 %	10
Máquinas e Acessórios	10 %	10
Móveis e Utensílios	10 %	10
Veículos	25 %	4
Benf. em Imóveis de Terceiros - (Edificações)	4 %	25

8. Parcelamentos: – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Parcelamento do PAES/FGFN - Em 27/05/2009, foi editada a Lei nº. 11.941/09 que estabeleceu as condições para parcelamentos de dívidas tributárias federais. A Desal manifestou a sua adesão a esse parcelamento e desde novembro de 2009 recolheu os valores mínimos estabelecidos na Lei, em julho de 2011, os referidos parcelamentos foram consolidados em 180 meses, corrigido pela SELIC acumulada do período e mais 1% ao mês. Até dezembro de 2021, já foram pagas 14 parcelas, restando 39 a serem liquidadas no valor total de R\$ 194.724,85 em 31/12/2021, contabilizadas conforme composição abaixo:

Composição dos Valores:	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Parcelamento do PGFN - (Lei nº 11.941/09)	70.808,88	123.915,97
Totais em 31/12/2021	70.808,88	123.915,97

Os valores constantes no Passivo Circulante, refere-se a vencimentos abaixo de 360 dias – (Curto Prazo) – Nota 8.1, e os valores do Passivo Não Circulantes, refere-se a vencimentos acima de 360 dias – (Longo Prazo) – 8.2. **9. Obrigações Trabalhistas e Sociais:** Valores contabilizados no montante de R\$ 545.764,49 referem-se a provisão de férias até dezembro de 2021, rescisões contratuais que aguardam decisão judicial para pagamento e consignados, estão assim apresentadas abaixo:

Obrigações Trabalhistas	Valores R\$
Provisão de Férias e Rescisões Contratuais	543.003,02
Consignados	2.761,47
Totais em 31/12/2021	545.764,49

10. Passivos Contingentes: O saldo da conta Processos Cíveis/Trabalistas no montante de R\$ 366.603,28, referem-se a processos em fase de discussão nas esferas judiciais. A Administração acredita, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, que as provisões para riscos, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas: **10.1 – Processos Cíveis** - A Empresa é parte em duas ações cíveis, dentre as quais, foram movidos por fornecedores, referente a pedidos de indenização/pagamentos, como segue abaixo

Processos	Vara	Valores R\$
Diversos Processos	Varas de Consumo	183.665,87
Totais em 31/12/2021		183.665,87

10.2 – Processos Trabalhistas - A Empresa é parte em sete ações trabalhistas, sendo uma movida por um ex-colaborador e seis movidas por prestadores de serviços, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e outros em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício, como segue abaixo:

Processos	Vara	Valores R\$
Diversos Processos	Varas do Trabalho	182.937,41
Totais em 31/12/2021		182.937,41

As provisões são revisadas trimestralmente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das ações cíveis e trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. **11. Fornecedores** – Longo Prazo: Valores contabilizados no montante de R\$ 36.145,85, estão em conformidade com o Decreto nº. 24.172 de 22/08/2013, que regulamentou o pagamento das Despesas de Exercícios Anteriores – DEA; foram apresentados no Longo Prazo, devido a previsão de liquidação ultrapassar 360 dias. **12. Prejuízos Acumulados:** Os prejuízos acumulados correspondem as composições acumuladas absorvidas pela Companhia dos exercícios anteriores em conjunto com o Resultado do Exercício. Os saldos destas contas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados como segue:

Prejuízos Acumulados:	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Valores R\$	(10.383.500,18)	(9.561.615,56)

13. Receitas de Transferências Governamentais / Outras Receitas Operacionais: Receitas oriundas de transferências do tesouro municipal, no exercício de 2021 para custear as despesas provenientes da fonte – (00 Tesouro / Desal).

Salvador, 31 de dezembro de 2021

Virgílio Teixeira Dalto - **Diretor Presidente**
Isaac Lemos Peixoto Filho - **Diretor Adm. Financeiro**
Jaldo Gomes Vieira - **Diretor de Operações**

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: O Conselho de Administração da DESAL – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, sociedade de economia mista municipal, no exercício da competência prevista no Artigo 142, inciso III e V da Lei nº 6.404/76, e com base no Parecer dos Auditores Independentes da empresa EC Diferencial – Auditores e Consultores Independentes Ltda, apresentado sem ressalvas e da recomendação do Conselho Fiscal da Desal, manifesta-se pela aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da empresa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Salvador, 22 de março de 2022
Manfredo Pires Cardoso - Presidente do Conselho
Paulo Ganem Souto - Secretário / Conselheiro
Luiz Antônio Vasconcelos Carneiro - Conselheiro
José Antonio Rodrigues Alves - Conselheiro
Zenor das Virgens Silva Neto - Conselheiro
Solange Araujo S. Barradas Carneiro - Conselheira
Juracy Britto Magalhães - Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da DESAL – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, sociedade de economia mista municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.242.473/0001-15 e Inscrição Estadual sob o nº. 31.302.768-NO, no exercício da competência prevista no art. nº. 163, inciso II e VII da Lei nº 6.404/76, em reunião realizada nesta data, às 08h00m (oito horas), na sede da Empresa, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e complementadas por Notas Explicativas e Índices do Balanço. Com base nos exames efetuados e considerando-se, ainda, o parecer dos auditores independentes EC Diferencial – Auditores e Consultores Independentes – LTDA, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Desal no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos para apreciação e aprovação da Assembléia Geral Ordinária, referente ao exercício social de 2021.

Salvador, 08 de março de 2022
Kaio Vinicius Moraes Leal - Presidente
Fábio Rios Mota - Secretário/Conselheiro
Ricardo Camilo Nunes - Conselheiro
José Luciano Santos Ribeiro - Conselheiro
Alessandro C. de Souza Bastos - Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador - DESAL, que compreendem o balanço patrimonial e financeiro em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador - DESAL, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1). A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Salvador/Ba, 04 de março de 2022.

EC Diferencial – Auditores e Consultores Independentes Ltda - CRC/BA – 006814/0-2
Claudia Regina Cardoso Lima- Contadora – CRC/BA – 022611/0-1 - CNAI – 4757

Antonio Figueiredo Filho - **Auditor Interno**
Roque Santana Silva - **CRC-Ba nº. 18930/0-7**
CPF nº. 358.498.605-25